

1 **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CTIL-G - 2018.**

2 Ao décimo terceiro dia do mês de setembro de 2018, às 14h00m, o Comitê das Bacias  
3 Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu-RJ -, deu  
4 início à 7ª Reunião da Câmara Técnica CTIL-G, na sala de reuniões do Comitê, na  
5 UFRRJ, tendo como pauta os seguintes assuntos: **1. Leitura e aprovação da ata da**  
6 **reunião conjunta (02.08.2018); 2. Discussão sobre a Metodologia da Cobrança; 3.**  
7 **Discussão sobre a participação de membros em editais e atos convocatórios; 4.**  
8 **Assuntos Gerais.** Paulo de Tarso de Lima Pimenta (FIRJAN) saudou a todos e deu  
9 início à reunião informando que a apresentação da Câmara Metropolitana do Rio de  
10 Janeiro, que aconteceria durante a reunião, fora modificada para ser apresentada a todo  
11 o Comitê em uma outra data. No lugar, Ricardo Perón, da FIRJAN, faria uma  
12 apresentação na Câmara Técnica. **1. Leitura e aprovação da ata da reunião conjunta**  
13 **(02.08.2018);** Sem contribuições, a ata foi aprovada. **2. Discussão sobre a**  
14 **Metodologia da Cobrança;** Caroline Lopes (AGEVAP) explicou que a AGEVAP criou  
15 uma equipe responsável pelo desenvolvimento da metodologia da cobrança, e  
16 apresentou David Costa (AGEVAP) à Câmara, especialista em recursos hídricos  
17 responsável da equipe pelo segmento indústria. David Costa (AGEVAP), então, deu  
18 início a sua apresentação. Ele explicou que o trabalho foi iniciado consultando várias  
19 metodologias de cobrança já existentes, no Brasil e em outros países, e expôs em linhas  
20 gerais esses métodos. Ele explicou que a fórmula de cálculo proposta é constituída por  
21 vários coeficientes, denominados “K”. Cada aspecto relevante da gestão e do uso da  
22 água possui um “K” relativo. Ao alterar esses coeficientes, o comitê poderá exercer a  
23 gestão dos recursos hídricos incentivando ou penalizando a conduta dos usuários. O  
24 projeto propõe coeficientes de qualidade da água, gestão de crise, consumo,  
25 lançamento, desconto por reuso, potencial poluidor, dentre outros. Fatima Casarin  
26 questionou como é feita a fiscalização dos dados autodeclaratórios dos usuários. David  
27 explicou que o INEA é o responsável por fiscalizá-los. David explicou também sobre a  
28 cobrança por carga de DBO lançada, com valores atualmente baixos no Brasil. O projeto  
29 recomenda que os comitês utilizem a cobrança de lançamentos para incentivar o  
30 tratamento de efluentes. David Costa (AGEVAP) salientou que o estudo promovido pela  
31 AGEVAP recomenda que análises econômicas sejam feitas antes da implantação do

32 método de cobrança, como por exemplo impacto econômico às indústrias. Ele informou  
33 que foi feito um estudo estatístico das combinações dos coeficientes, de forma a verificar  
34 os possíveis valores finais de cobrança. Paulo de Tarso (FIRJAN) questionou se não  
35 houve membros dos usuários no grupo de trabalho de criação do método. Caroline  
36 Lopes (AGEVAP) explicou que projeto realizado ainda é uma base para a metodologia  
37 da cobrança. Outros atores do sistema ainda podem ser consultados antes da  
38 implementação. José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) perguntou sobre a possibilidade de  
39 que outras instituições de estudo sejam incluídas na discussão. Paulo de Tarso (FIRJAN)  
40 informou que pretende trazer em toda reunião da Câmara Técnica um convidado da  
41 FIRJAN para apresentar boas práticas e métodos de gestão hídrica. Ele afirmou que os  
42 usuários entendem a necessidade de pagar pelo uso dos recursos hídricos, porém  
43 defendeu que os usuários não sejam igualados. Paulo de Tarso (FIRJAN) argumentou  
44 que o usuário com boas práticas e economia no uso dos recursos hídricos precisa ser  
45 incentivado, pois só assim o setor será induzido a adotar métodos econômicos e  
46 preservadores da água. Fatima Casarin sugeriu a adoção de um selo de qualidade de  
47 uso, para incentivar as indústrias. Paulo de Tarso (FIRJAN) elogiou a ideia, porém  
48 mencionou a dificuldade de cancelar indústrias considerando que não é o Comitê quem  
49 as fiscaliza. Foi levantada a questão de que atualmente o próprio INEA tem tido  
50 dificuldades em realizar essa fiscalização de forma efetiva. Hamilton Junior (P.M. Japeri)  
51 mencionou que existe a fiscalização municipal e que seu o fortalecimento pode ajudar  
52 todo o sistema de gestão. David Costa (AGEVAP) defendeu que todo o sistema precisa  
53 se fortalecer e apoiar o INEA em sua tarefa. Ele também sugeriu que o comitê  
54 hierarquize a aplicação de recursos nos municípios considerando o destinado à agenda  
55 ambiental. Paulo de Tarso (FIRJAN) solicitou que os municípios verifiquem se é do  
56 interesse deles apoiarem a fiscalização. José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) sugeriu que  
57 se utilize diretrizes das associações técnicas de metrologia, como a ABNT, para alinhar  
58 a ideia do selo de qualidade. Quanto a falta de estrutura de algumas instituições do  
59 sistema, ele criticou a ausência dos secretários de meio-ambiente, bem como o  
60 travamento de recursos por parte do INEA. Ele relatou também vários entraves que Nova  
61 Iguaçu tem enfrentado quanto à obtenção de recursos, em que detalhes burocráticos ou  
62 técnicos impedem o avanço de projetos. Caroline Lopes (AGEVAP), retornando ao

63 assunto da cobrança, solicitou que a Câmara aprovasse a resolução que prorroga a  
64 decisão sobre a cobrança. Essa decisão foi aprovada por todos. Paulo de Tarso  
65 (FIRJAN) convidou então Jorge Perón, Gerente de Sustentabilidade da FIRJAN, a iniciar  
66 sua apresentação, sobre as práticas de recursos hídricos das indústrias. Jorge  
67 agradeceu o convite feito pela Câmara Técnica. Ele explicou que a apresentação é um  
68 conjunto de informações sobre a gestão hídrica pertinentes às indústrias e aproveitou  
69 para elogiar a metodologia de cobrança apresentada por David Costa (AGEVAP). Jorge  
70 falou sobre momentos de escassez hídrica que o estado do Rio de Janeiro passou ao  
71 longo dos anos e apresentou o histórico das reservas hídricas do Rio Paraíba do Sul.  
72 Ele mostrou a acentuação de momentos de crise nos últimos anos e disse que tem sido  
73 difícil projetar o fluxo de água do Rio Paraíba do Sul no futuro. Jorge Perón apontou  
74 outras dificuldades que a gestão enfrentou como o baixo nível do rio, mesmo após as  
75 chuvas terem voltado e a diminuição da qualidade da água por conta do baixo nível. Ele  
76 mencionou também o caso da intrusão salina na foz do Paraíba do Sul. Jorge comentou  
77 que o GTAOH remodelou a gestão hídrica no estado. A priorização da geração de  
78 energia elétrica deu lugar ao uso compartilhado. Jorge Perón explicou sobre como essas  
79 crises apresentaram riscos à continuidade da indústria. Segundo ele a indústria se atenta  
80 não só a quantidade e a qualidade da água, mas também a continuidade de  
81 fornecimento. Ele lembrou que a política nacional de recursos hídricos considera o uso  
82 industrial como não-prioritário. Jorge Perón mencionou que sempre esclarece aos  
83 industriários que a outorga é um instrumento de gestão frágil. Ela garante o fornecimento  
84 de água apenas em sua disponibilidade podendo ser revogado unilateralmente em  
85 situação de falta d'água. David Costa (AGEVAP) procurou esclarecer que a outorga é  
86 também um instrumento de gestão, cuja legislação vem sendo atualizada. Segundo ele,  
87 cabe a indústria manter-se regular e aos órgãos responsáveis fiscalizar corretamente.  
88 Jorge Perón apontou como risco à indústria a má gestão dos órgãos de saneamento  
89 básico, uma vez que ela impacta a qualidade da água. Ele mencionou que faz parte do  
90 seu plano de trabalho na FIRJAN fortalecer o papel dos Comitês de Bacia, pois é neles  
91 que se faz a política pública de recursos hídricos. Jorge Perón lembrou que David Costa  
92 (AGEVAP) havia mencionado cinco instrumentos de gestão de recursos hídricos e  
93 questionou a ênfase na cobrança. Jorge também lembrou que é preciso economizar e

94 gerenciar os recursos hídricos também em época de abundância, não só na escassez.  
95 Jorge Perón apresentou o Mapa de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Um  
96 documento criado pela FIRJAN que exhibe do que os empresários pensam que o estado  
97 precisa para atrair mais investimentos industriais para o RJ. Ele mencionou as duas  
98 ações que a FIRJAN vem desenvolvendo, projetos de reuso de água e instalação de  
99 estações de dessalinização, projetos para criação de fontes alternativas de  
100 abastecimento. Jorge Perón expôs então o Projeto Aquapolo. Esse projeto do estado de  
101 São Paulo dispõe esgoto tratado para o uso industrial, numa relação de compra e venda.  
102 Ele defendeu a possibilidade de um projeto similar seja implementado no estado do Rio  
103 de Janeiro. Segundo ele, a FIRJAN vem desenvolvendo um estudo preliminar nesse  
104 sentido, porém vê dificuldades de implementação causadas pela concessionária do  
105 estado. Jorge Perón informou que a Associação Internacional de Dessalinização  
106 acredita que o volume de dessalinização global seja dobrado até 2030 e que hoje  
107 existem mais de 19 mil plantas em mais de 150 países. Ele disse que a FIRJAN vem  
108 contribuído com um projeto de lei para incentivar a instalação e operação de plantas de  
109 dessalinização. Ele apontou a grande queda no preço da água dessalinizada: U\$15,00  
110 em 2003, para U\$ 1,40 em 2018, um fator atraente para a indústria. Jorge Perón  
111 defendeu que existem vários projetos e ideias, além de investidores dispostos a apoiá-  
112 los, mas é preciso executá-los. Fatima Casarin perguntou, na opinião de Jorge Perón,  
113 qual seria o instrumento mais importante. Jorge Perón defendeu a importância da  
114 harmonização acima da hierarquização. Fatima por sua vez defendeu que a cobrança é  
115 o instrumento que guia todos os outros **(1:58:00)**. **Item 3 – Discussão sobre**  
116 **participação de membros; adiada (2:30:00)**. **Item 4 - Assuntos Gerais;** sem  
117 contribuições. Paulo de Tarso (FIRJAN) agradeceu a presença de todos e encerrou a  
118 reunião às **16h30m**. **Segue o único encaminhamento: 1 – Incluir na pauta da**  
119 **próxima reunião “Discussão sobre a participação de membros em editais e atos**  
120 **convocatórios”**. Eu, Leonardo Bruno Siqueira (AGEVAP), tomei a termo esta ata que  
121 segue assinada por:  
122 Paulo de Tarso de Lima Pimenta (FIRJAN): \_\_\_\_\_  
123 Rinaldo José da Silva Rocha (Light): \_\_\_\_\_  
124 Jaime Matarotti (Furnas): \_\_\_\_\_

- 125 Clêmio Sampaio (Acampar): \_\_\_\_\_
- 126 Markus Stephan W. Budzynkz (Adefimpa): \_\_\_\_\_
- 127 José Arnaldo C. Filho (P.M. Nova Iguaçu): \_\_\_\_\_
- 128 Hamilton dos Santos e Silva Junior (P.M. Japeri): \_\_\_\_\_
- 129 João Emílio Fernandes Rodrigues (P.M. Rio Claro): \_\_\_\_\_
- 130 **Membros Presentes - Usuários:** Paulo de Tarso (FIRJAN); Rinaldo Rocha (Light);
- 131 Jaime Matarotti representando Sabina Campagnani (Furnas) - **Sociedade Civil:** Clêmio
- 132 Sampaio representando Vera de Fátima Martins (Acampar); Markus Stephan (Adefimpa)
- 133 - **Governo:** José Arnaldo representando Hélio Vanderlei (P.M. Nova Iguaçu); Hamilton
- 134 Junior (P.M. Japeri); João Emílio (P.M. Rio Claro)
- 135 **Membros Ausentes:** Rafael Cardoso (Ternium); Hendrik Mansur (TNC); José Luiz
- 136 Governo (ABES); Andreia Loureiro (P.M. Queimados).
- 137 **Convidados:** Fatima Casarin (NVNV); Rayane Borges (Gerdau); Wladimir Loureiro
- 138 (FAM-RIO); David Costa (AGEVAP); Fagner Araújo; Ivan Mello (FIRJAN); Jorge Perón
- 139 (FIRJAN); Paulo Garcia (Semades/Japeri).